

# Termo de Referência 138/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
138/2024	510678-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORTE /CENTRO-OESTE	RODRIGO CANDIDO TRONCOSO	26/11/2024 10:29 (v 3.1)
Status	PUBLICADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	177/2024	35014.009038 /2024-59

## 1. Condições gerais da contratação

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº 35014.009038/2024-59)

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de fornecimento de energia para **as unidades do Estado de Goiás, unidades operacionais do INSS** vinculadas à Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Unidade
---------

Item	Consumidora	Tensão	Valor Bruto	Ilum Púb	Percentual	Anual 2023	Estimado 2024
1	10006838098	Tipo A	3,737.17	933.86	1.60%	22,603.46	29,384.50
2	10003336547	Tipo B	3094.45	933.86	1.32%	24,954.81	32,441.26
3	15454502	Tipo A	948.35	933.86	0.41%	5,735.89	7,456.66
4	10031157872	Tipo A	6185.92	933.86	2.64%	37,414.19	48,638.45
5	10006976970	Tipo A	2,059.64	933.86	0.88%	12,457.29	16,194.47
6	10006264172	Tipo A	3057.22	933.86	1.31%	18,490.93	24,038.21
7	10077236	Tipo B	133.21	933.86	0.06%	1,074.26	1,396.53
8	10077224	Tipo B	42.56	933.86	0.02%	343.22	446.19
9	10932112	Tipo B	222.20	933.86	0.09%	1,791.90	2,329.48
10	10077273	Tipo B	790.7	933.86	0.34%	6,376.50	8,289.45
11	10077194	Tipo B	42.56	933.86	0.02%	343.22	446.19
12	10888585	Tipo B	2357.8	933.86	1.01%	19,014.19	24,718.44
13	10077250	Tipo B	52.24	933.86	0.02%	421.28	547.67
14	14151560	Tipo B	1763.16	933.86	0.75%	14,218.79	18,484.42
15	10077212	Tipo B	78.64	933.86	0.03%	634.18	824.44
16	10077200	Tipo B	122.65	933.86	0.05%	989.10	1,285.82
17	10077261	Tipo B	309.25	933.86	0.13%	2,493.91	3,242.08
18	10077248	Tipo B	202.75	933.86	0.09%	1,635.05	2,125.57
19	10077182	Tipo B	253.80	933.86	0.11%	2,046.74	2,660.76
20	12754353	Tipo A	7889.82	933.86	3.37%	47,719.86	62,035.82
21	12688447	Tipo A	4,441.19	933.86	1.90%	26,861.57	34,920.05
22	13564651	Tipo A	3954.22	933.86	1.69%	23,916.24	31,091.11
23	10020688545	Tipo A	6,134.19	933.86	2.62%	37,101.32	48,231.71
24	17237968	Tipo A	6933.22	933.86	2.96%	41,934.08	54,514.30
25	12496960	Tipo A	5,846.34	933.86	2.50%	35,360.32	45,968.41
26	12071547	Tipo A	2559.91	933.86	1.09%	15,483.06	20,127.98
27	12071754	Tipo A	11,923.53	933.86	5.10%	72,116.88	93,751.95
28	10077285	Tipo A	4056.69	933.86	1.73%	24,536.01	31,896.81
29	12073805	Tipo A	15,617.82	933.86	6.67%	94,460.99	122,799.29
30	12750104	Tipo A	3638.66	933.86	1.55%	22,007.64	28,609.94
31	10004871713	Tipo A	3,101.26	933.86	1.33%	18,757.30	24,384.49
32	10006308170	Tipo A	3227.16	933.86	1.38%	19,518.78	25,374.41
33	690032869	Tipo A	5,779.30	933.86	2.47%	34,954.84	45,441.29
34	290135874	Tipo A	3199.67	933.86	1.37%	19,352.51	25,158.26
35	10009270149	Tipo A	2,242.23	933.86	0.96%	13,561.64	17,630.13
36	150076101	Tipo B	2308.7	933.86	0.99%	18,618.23	24,203.70
37	10019637053	Tipo A	2,383.91	933.86	1.02%	14,418.56	18,744.13
38	10019088777	Tipo A	3252.89	933.86	1.39%	19,674.40	25,576.72
39	10005907053	Tipo A	2,934.46	933.86	1.25%	17,748.44	23,072.98
40	630048897	Tipo A	4501.27	933.86	1.92%	27,224.95	35,392.44
41	10006673838	Tipo A	3,404.30	933.86	1.45%	20,590.17	26,767.22
42	10006308870	Tipo A	2649.25	933.86	1.13%	16,023.41	20,830.44
43	10005574810	Tipo A	3,460.30	933.86	1.48%	20,928.87	27,207.53
44	40185898	Tipo B	2282.39	933.86	0.98%	18,406.05	23,927.87
45	10009090680	Tipo A	1,629.50	933.86	0.70%	9,855.68	12,812.38
46	20215277	Tipo A	12203.54	933.86	5.21%	73,810.46	95,953.60
47	20028143	Tipo B	663.47	933.86	0.28%	5,350.47	6,955.61

48	20272017	Tipo B	99.43		0.04%	801.84	1,042.39
49	760413174	Tipo B	2,814.58		1.20%	22,697.83	29,507.18
50	1990168672	Tipo A	3052.41		1.30%	18,461.84	24,000.39
51	10020429990	Tipo A	2,783.80		1.19%	16,837.21	21,888.37
52	10008637766	Tipo A	1329.66		0.57%	8,042.16	10,454.81
53	90018035	Tipo A	1,883.98		0.81%	11,394.84	14,813.30
54	10020481266	Tipo A	2666.11		1.14%	16,125.39	20,963.00
55	580102841	Tipo B	88.12		0.04%	710.63	923.82
56	580068961	Tipo B	332.67		0.14%	2,682.78	3,487.61
57	10006821705	Tipo A	2,655.44		1.13%	16,060.85	20,879.11
58	10007591169	Tipo A	2711.39		1.16%	16,399.25	21,319.03
59	10008914140	Tipo A	2,448.56		1.05%	14,809.58	19,252.46
60	10006151408	Tipo A	1988.19		0.85%	12,025.14	15,632.68
61	4020041260	Tipo B	2,329.05		1.00%	18,782.34	24,417.04
62	10018028495	Tipo A	4793.64		2.05%	28,993.29	37,691.28
63	10010638510	Tipo A	2,185.50		0.93%	13,218.52	17,184.08
64	10009091287	Tipo A	3008.8		1.29%	18,198.07	23,657.50
65	10020567080	Tipo B	860.87		0.37%	6,942.38	9,025.09
66	10020567225	Tipo B	512.88		0.22%	4,136.06	5,376.88
67	10002427760	Tipo B	3,437.18		1.47%	27,718.72	36,034.33
68	10006638480	Tipo A	2369.99		1.01%	14,334.37	18,634.68
69	640068250	Tipo A	2,971.46		1.27%	17,972.23	23,363.90
70	10024174201	Tipo A	2636.62	820.2	1.13%	15,947.02	20,731.13
71	10018092509	Tipo A	1,721.93	820.20	0.74%	10,414.72	13,539.14
72	10008611430	Tipo A	1982.53	820.2	0.85%	11,990.90	15,588.17
73	10002950616	Tipo B	3,479.94	820.20	1.49%	28,063.55	36,482.61
74	120142582	Tipo A	4265.24	820.2	1.82%	25,797.38	33,536.59
75	10023205987	Tipo A	4,273.60	820.20	1.83%	25,847.94	33,602.32
76	10004475419	Tipo B	1983.23	820.2	0.85%	15,993.51	20,791.57
77	10026364660	Tipo A	2,832.46	820.20	1.21%	17,131.52	22,270.97
78	1480001380	Tipo B	1239.91	820.2	0.53%	9,999.10	12,998.83
79	10015976341	Tipo A	2,090.80	820.20	0.89%	12,645.75	16,439.47
80	10008320592	Tipo A	2508.51	820.2	1.07%	15,172.18	19,723.83
			234,011.94	50,112.04	100%	1,887,160.53	1,923,584.73

**Valores 2024**

Valor mensal	160,298.73
Valor anual	1,923,584.73
Ilum. Púb. Mensal	60,134.45
Ilum. Púb. Anual	721,613.38

**Valor Anual da Contratação** **2,645,198.10**

**Valor Mensal da Contratação** **220,433.18**

1.2. O prazo de vigência da contratação é **indeterminado** ou enquanto durar a concessão do serviço contados da assinatura do contrato / emissão da nota de empenho, na forma do artigo 109 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade de prestação contínua e ininterrupta, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

## **2. Fundamentação e descrição da necessidade**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## **3. Descrição da solução como um todo**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>:

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Não guarda pertinência com a presente contratação.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Diante das conclusões extraídas do **processo n.35014.009038/2024-59**, a Administração não aceitará o fornecimento pela concessionária formalmente habilitada.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.4. Não guarda pertinência com a presente contratação.

#### **Subcontratação**

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: **imediatamente** após assinatura do contrato;
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **na forma do detalhamento do Estudo Técnico Preliminar anexo.**
- 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:
- 5.1.4. Ininterruptamente após assinatura do contrato

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço

UC		TENSÃO MUNICÍPIO		LOCAL
1	10006838098	Tipo A	ACREUNA	RUA 32, N. 1, - ESQ. RUA M-5 CONJUNTO PAINEIRAS
2	10003336547	Tipo B	ANICUNS	RUA JOSE BENEDITO, Q. 0, L. 0, N. 0, - ESQ C DAMIANA DA CUNHA, - INSS SETOR
APARECIDA				
DE GOIÂNIA				
3	15454502	Tipo A		RUA UBERABA, Q. 115, L. 3/4, S/N SETOR DOS AFONSOS
APARECIDA				

DE GOIÂNIA			
4	10031157872	Tipo A	AVENIDA DOS GIRASSOIS, Q. 04, L. 01, S/N, - ESQ. COM RUA 92 SETOR ANDRADE
BELA VISTA			
DE GOIÁS			
5	10006976970	Tipo A	RUA DOMINGOS ARANTES, Q. 01, L. 01, N. 696 SETOR CENTRAL
6	10006264172	Tipo A	CAIAPÔNIA
7	10077236	Tipo B	GOIÂNIA
8	10077224	Tipo B	GOIÂNIA
9	10932112	Tipo B	GOIÂNIA
10	10077273	Tipo B	GOIÂNIA
11	10077194	Tipo B	GOIÂNIA
12	10888585	Tipo B	GOIÂNIA
13	10077250	Tipo B	GOIÂNIA
14	14151560	Tipo B	GOIÂNIA
15	10077212	Tipo B	GOIÂNIA
16	10077200	Tipo B	GOIÂNIA
17	10077261	Tipo B	GOIÂNIA
18	10077248	Tipo B	GOIÂNIA
19	10077182	Tipo B	GOIÂNIA
20	12754353	Tipo A	GOIÂNIA
21	12688447	Tipo A	GOIÂNIA
22	13564651	Tipo A	GOIÂNIA
23	10020688545	Tipo A	GOIÂNIA
24	17237968	Tipo A	GOIÂNIA
25	12496960	Tipo A	GOIÂNIA
26	12071547	Tipo A	GOIÂNIA
27	12071754	Tipo A	GOIÂNIA
28	10077285	Tipo A	GOIÂNIA
29	12073805	Tipo A	GOIÂNIA
30	12750104	Tipo A	GOIÂNIA
31	10004871713	Tipo A	GOIATUBA
32	10006308170	Tipo A	IPORÁ
33	690032869	Tipo A	ITUMBIARA
34	290135874	Tipo A	JATAÍ
35	10009270149	Tipo A	MINEIROS
36	150076101	Tipo B	MORRINHOS
PALMEIRAS			
DE GOIÁS			
37	10019637053	Tipo A	RUA 02, N. 02, - INSS SETOR ANTONIO BUENO
38	10019088777	Tipo A	PONTALINA
39	10005907053	Tipo A	QUIRINÓPOLIS
40	630048897	Tipo A	RIO VERDE
SANTA HELENA			
DE GOIÁS			
41	10006673838	Tipo A	RUA PEDRO ROMUALDO CABRAL, N. 1, - ESQ RUA JOSE DA SILVA GALVAO SETO
SÃO LUIS DE			

<b>MONTES BELOS</b>			
42 10006308870	Tipo A		RUA JAVAES, SETOR CENTRO
43 10005574810	Tipo A	SENADOR CANEDO	AVENIDA PROGRESSO, Q. 14, L. AREA, S/N CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM S.
44 40185898	Tipo B	TRINDADE	RUA 07, Q. 3, L. 4, S/N VILA SANTA INEZ
45 10009090680	Tipo A	ALEXÂNIA	AVENIDA JK, Q. 138C, L. 02, S/N SETOR CENTRO
46 20215277	Tipo A	ANÁPOLIS	RUA 15 DE DEZEMBRO, N. 249, - EDIFICIO INSS CENTRO
47 20028143	Tipo B	ANÁPOLIS	RUA CEL ACHILLES DE PINA, N. 64, COND - COND JOSE DE MELO VASCONCELOS
48 20272017	Tipo B	ANÁPOLIS	RUA MANOEL D ABADIA, N. 209 CENTRO
49 760413174	Tipo B	CALDAS NOVAS	AVENIDA CEL BENTO DE GODOY, Q. 1, L. 3, S/N, SALA - 1 VILA MORAES
50 1990168672	Tipo A	CATALÃO	AVENIDA MARIO DE CERQUEIRA NETO, Q. ROTA 03, L. 1, S/N SAO JOAO
51 10020429990	Tipo A	GOIANÉSIA	AVENIDA CONTORNO, Q. 200, L. 0, N. 0, - ESQ. RUA 14 SETOR UNIVERSITARIO
52 10008637766	Tipo A	GOIANIRA	RUA ITAJA, Q. APM-4, L. 4 D, N. 51 VILA VERDES MARES
53 90018035	Tipo A	GOIÁS	PRACA TIRADENTES, N. 32 SETOR CENTRA
54 10020481266	Tipo A	INHUMAS	RUA DOS ALPES QD ALREA LT 01, BAIRRO NIPO BRASILEIRO
55 580102841	Tipo B	IPAMERI	RUA 13 DE MAIO SETOR CENTRO
56 580068961	Tipo B	IPAMERI	RUA CEL JOAO VAZ QD S/N LT S/N SETOR CENTRO
57 10006821705	Tipo A	ITABERÁI	RUA 21, QD 50 LT 01, JARDIM CABRAL
58 10007591169	Tipo A	ITAPURANGA	AV TOCANTINS QD 5 LT 1, JARDIM CONDE DOS ARCOS
59 10008914140	Tipo A	JARAGUÁ	AV DIOGENES DE CASTRO RIBEIRO QD 04 LT 10 JARDIM VEA CRUZ
60 10006151408	Tipo A	JUSSARA	RUA MB-2 QD 13 LT0 RESIDENCIAL MANSÕES DO BOSQUE
61 4020041260	Tipo B	MINAÇU	RUA 22, QD 58 LT 0 SETOR CENTRO
62 10018028495	Tipo A	NIQUELÂNDIA	AV BRASIL SETOR CENTRAL
63 10010638510	Tipo A	PIRACANJUBA	RUA CILINEU DE ARAÚJO, QD 4 LT. 10, JARDIM PRIMAVERA
64 10009091287	Tipo A	PIRENÓPOLIS	RUA MARINHEIRO, QD. 10 LT. 01A - VILA ZIZITO POMPEU
65 10020567080	Tipo B	PIRES DO RIO	R SALVADOR SILVA SALA 1 - VILA NOVA
66 10020567225	Tipo B	PIRES DO RIO	R SALVADOR SILVA SALA 2 - VILA NOVA
67 10002427760	Tipo B	PORANGATU	RUA 01, Qd. 0 Lt. 0 - VILA PRIMAVERA
<b>SÃO MIGUEL</b>			
<b>DO ARAGUAIA</b>			
68 10006638480	Tipo A		AVENIDA JOSE SILVA SANTOS, Qd. O Lt. 0 - SETOR CENTRO OESTE
69 640068250	Tipo A	URUAÇU	AV TRANSBRASILIANA - CENTRO
<b>AGUAS LINDAS</b>			
<b>DE GOIAS</b>			
70 10024174201	Tipo A		AVENIDA 02, Q. -, L. -, N. 4, - INSS SETOR 2
71 10018092509	Tipo A	CIDADE OCIDENTAL	RUA SEM NOME, Q. 08, L. 44, N. 44 SUPER QUADRA 10
72 10008611430	Tipo A	CRISTALINA	RUA 1-A, Q. 1, L. 1, N. 1 - SETOR OESTE
73 10002950616	Tipo B	FORMOSA	RUA HERCULANO LOBO, Q. S/N, L. S/N, N. 22, - LOJA 01 - SETOR CENTRAL
74 120142582	Tipo A	NOVO GAMA	RUA SEM NOME, Q. 2-HI, L. 06, N. D-36 - SETOR CENTRAL
75 10023205987	Tipo A	NOVO GAMA	RUA SEM NOME, Q. 2-HI, L. 06, N. D-36 - SETOR CENTRAL
76 10004475419	Tipo B	PADRE BERNARDO	RUA 06, Q. ., L. ., S/N, - AREA ESPECIAL - CONSTRUÇÃO DA APS SETOR OESTE
77 10026364660	Tipo A	PLANALTINA GO	RUA B, Q. CC, L. 01, N. 01 - SETOR OESTE
78 1480001380	Tipo B	POSSE	RUA NELSON VIEIRA DE BRITO, N. 0 - SETOR CENTRAL
<b>RUA SEM NOME,</b>			
<b>Q. 75A, L. 2A, S/N -</b>			

79 10015976341		Tipo A		SETOR CENTRAL	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO
				RUA 60, Q. 1, L. 1, N. 1	
80 10008320592		Tipo A		JARDIM CEU AZUL	VALPARAISO DE GOIAS

**5.3. Os serviços serão prestados de forma ininterrupta devido a sua característica.**

**Rotinas a serem cumpridas**

**5.4. A execução contratual observará as rotinas conforme legislação específica vigente.**

**Materiais a serem disponibilizados**

**5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, na forma da legislação vigente, promovendo sua substituição quando necessário.**

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características de volume já conhecidos pela concessionária.**

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na legislação vigente regulamentada pela ANEEL.**

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.**

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

*6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

*6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.*



6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.**

### **Preposto**

6.6. A Contratada poderá designar formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

### **Fiscalização**

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.16. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas **necessárias para a correta execução e pagamento do objeto**.

## Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios estabelecidos em regulamento do setor sobre orientações da ANEEL.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de fixado pela agência reguladora**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente **no prazo de fixado pela agência reguladora**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **fixado pela agência reguladora** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado, **preferencialmente**, através de **fatura**, para crédito em convênio bancário.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

*8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.*

## Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global estimado em virtude da possível variação que pode ser observada na execução mensal.

## 9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 2.645.198,10

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.645,198,10 (dois milhões e seiscentos e quarenta e cinco mil e cento e noventa e oito reais e dez centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

### ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 510678 - Superintendência Regional Norte Centro Oeste;

II) Fonte de Recursos: 2593 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas;

III) Programa de Trabalho: 09122003221FT0001;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: ENERG1;

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

*Brasília, 17 de outubro de 2024.*

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THIAGO JOAO DE MOURA SOUZA**

Chefe do Serviço de Licitações



*Assinou eletronicamente em 26/11/2024 às 10:29:16.*

**RODRIGO CANDIDO TRONCOSO**

Chefe do Setor de Concessionárias e Telefonia



*Assinou eletronicamente em 26/11/2024 às 10:17:23.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP\_510678-000137-2024.pdf (145.46 KB)